



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E REPERCUSSÕES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM TEMPOS NEOLIBERAIS

PRODUCTIVE RESTRUCTURING OF CAPITAL AND REPERCUSSIONS ON BRAZILIAN EDUCATION IN NEOLIBERAL TIMES

ARTIGO

Miguel Rodrigues Nettoⁱ

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
E-mail: miguel.rodrigues@unemat.br

Celina Elias Gomes Gonçalves

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso -
SEDUC/MT
E-mail: celina.goncalves@unemat.br

Graziele Paceliuka De Cáprio Cardovani

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso -
SEDUC/MT
E-mail: graziele.cardovani@unemat.br

RESUMO:

O estudo em tela lança um olhar sobre mudanças ocorridas no currículo a partir do contexto da reestruturação produtiva. Seu objetivo é apontar elementos sobre como os discursos e práticas da educação brasileira se moldaram a lógica mercantil do capitalismo contemporâneo e utilizou instrumentos de aprendizagem que legitimaram esta prática. Com base em autores como Harvey (2008), Antunes (2004), Rodrigues (2009), Ferreti (1997) e Hirata (1994) trazemos as políticas educacionais envoltas nas transformações do mundo do trabalho e o processo de modificação da dinâmica dos cursos seja na educação básica, seja na educação superior. Nosso recorte é um ensaio fruto das reflexões oriundas do projeto de pesquisa "Juventude, políticas públicas e ensino de sociologia: conexões e diálogos" e consiste em esforço teórico coletivo embasado no método do materialismo histórico-dialético. Como resultado trazemos um panorama da associação entre mudanças no Estado brasileiro e repercussões na política educacional.

Palavras-Chave: Acumulação flexível; Política educacional; Reestruturação produtiva.

ABSTRACT:

The study in question takes a look at changes that have occurred in the curriculum from the context of productive restructuring. Its objective is to point out elements about how the discourses and practices of Brazilian education have been shaped by the mercantile logic of contemporary capitalism and used learning instruments that legitimized this practice. Based on authors such as Harvey (2008), Antunes (2004), Rodrigues (2009), Ferreti (1997) and Hirata (1994), we bring the educational policies involved in the transformations of the world of work and the process of modification of the dynamics of the courses whether in basic education or in higher education. Our excerpt is an essay resulting from the reflections arising from the research project "Youth, public policies and sociology teaching: connections and dialogues" and consists of a collective theoretical effort based on the method of historical-dialectical materialism. As a result, we bring an overview of the association between changes in the Brazilian State and repercussions in the educational policy.

Keywords: Flexible accumulation; Educational policy; Productive restructuring.

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

Não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas de vida.

(Wood, 2003, p.28)

O Welfare State, modelo estatal predominante na Europa após a 2ª guerra mundial, promoveu uma maior proteção social e cidadania por meio de conquistas e direitos sociais. Essa variável é fundamental para compreensão do processo de dominação das empresas que ao deturparem a essência da luta como propulsora da conquista de direitos apenas estabeleceram a relação entre concessões focalizadas com o conceito de Cidadania Empresarial, ou seja, ao invés de luta de classes a cooperação entre elas.

As benesses do crescimento econômico e o alto custo do Estado de Bem-Estar Social keynesiano não resistiram, porém ao movimento de queda das taxas de lucro principalmente após a decisão dos países árabes, ligados a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, em 1973, de elevar o preço do petróleo e limitar o fornecimento ao Ocidente, o que causou grande impacto na economia mundial.

A desregulamentação da economia, as relações capital-trabalho, o comércio entre os países, tudo isso deixaria de ser responsabilidade do Estado e passaria a ser livre ao mercado, pois a ação estatal gerava distorções perigosas ao pleno desenvolvimento e só o mercado seria capaz de trazer de volta o equilíbrio; assim estava dado o receituário neoliberal expresso nos documentos do Consenso de Washington¹, tratado assinado em 1979 pelos governos capitalistas dos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha e que foi seguido como receituário político-ideológico pelos países em desenvolvimento como condição para acessarem recursos do Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Da busca pelo pleno emprego e universalização das políticas sociais, passou-se ao deslocamento do Estado de seu papel de provedor e indutor da Política Social para ficar delimitado *stricto sensu* a estar representado pela sociedade política; como na clássica expressão cunhada por Marx de que o Estado é o “comitê da classe dominante”, “em vez de ser a expressão de uma exigência universal e racional, é ao mesmo tempo a repetição e o exacerbação de interesse particularistas” (Bobbio, 1982, p.22).

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve início com uma revisão ampla da literatura que buscou originais que se debruçassem sobre a temática das transformações no mundo do trabalho e também sobre as mudanças ocorridas no campo educacional a partir da entrada do Brasil na perspectiva do neoliberalismo. Essa estratégia é comumente utilizada para compreender a dimensão do escopo

¹ **CONSENSO DE WASHINGTON** forma como ficaram conhecidas as conclusões de seminários realizados na capital americana no final da década de 70, que em linhas gerais são as seguintes propostas: “1) estabilização macroeconômica pela adoção de planos monetários que atrelassem as moedas nacionais ao dólar e de políticas monetárias, creditícias e fiscais contracionistas. Um dos pontos centrais seria a questão do ajuste fiscal, que deveria ser obtido por meio de um superávit primário. 2) Introdução de reformas estruturais visando a abertura das economias nacionais, o que implicava reduções de tarifas e desregulamentação dos mercados financeiro e de capitais. 3) Redução da presença do Estado na economia, centrada em um vasto programa de privatização das empresas estatais. Considerava-se que só depois de implementado esse conjunto de reformas seria possível retomar o crescimento de maneira mais sustentada. (Corsi, 1999, p.16).

da pesquisa, revisar teorias e compreender diferentes perspectivas de análise da realidade social.

Nesta fase foram levantados 32 obras dentre livros completos, capítulos e artigos cujo teor atendia ao nosso recorte que era as mudanças ocorridas no Estado brasileiro a partir da reestruturação produtiva e possíveis repercussões na educação.

A busca eletrônica consiste em valioso instrumento de pesquisa por nos colocar em contato com muitas referências de qualidade que possibilitam um rápido avanço na construção do manuscrito. Nesse sentido lançamos mão do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes onde obtivemos êxito em artigos de boa qualificação. Além dessa base também navegamos por portais de eventos científicos a fim de conhecer trabalhos novos, apresentados sob a forma de comunicação oral que pudessem se juntar aos clássicos a fim de compor o corpo de nosso manuscrito.

Os descritores que utilizamos dizem respeito a nossas categorias de análise políticas de educação, transformações do mundo do trabalho e mudanças nos currículos da educação básica e superior. Nesse sentido, temos o Estado, acumulação flexível, neoliberalismo e reestruturação produtiva como elementos de mudança do Welfare State e suas consequências no mundo, dais quais destacamos as de educação e trabalho. Assim, a competência, empregabilidade e treinamento são peças chave na compreensão das políticas educacionais de viés neoliberal que tomaram conta do Brasil a partir de sua entrada no universo do capitalismo contemporâneo em cumprimento aos ditames do consenso de Washington.

Uma das maiores dificuldades encontradas foi na filtragem final onde separamos os materiais que nos deram base teórica daqueles que além disso seriam efetivamente citados neste manuscrito. Utilizamos como critério de seleção a relevância de tais obras no contexto proposto e sua maior clareza na definição de conceitos que trouxemos na discussão.

Enquanto método nós adotaremos o materialismo histórico dialético “pelos múltiplos processos que atravessam as organizações sociais, constituídas por culturas específicas que as transformam num movimento constante, dialético, de produção e reprodução” (Abramovay, 2007, 201). Em Karl Marx encontramos a compreensão da sociedade em que os seres humanos produzem a sua própria existência. (Marx *apud* Ianni, 1988, 206). As condições materiais para entender a educação enquanto totalidade sistêmica e com isso trabalhar as contradições inerentes da política educacional como processo histórico constitutivo de sua formação. Em Marx (1980), a educação enquanto superestrutura precisa ser desvelada para além da sua aparência, pois assim conseguimos observar as contradições inerentes ao espaço escolar e como elas se articulam às mudanças que ocorrem na sociedade seja em governos reacionários ou progressistas.

3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Com o avanço da crise econômica mundial e os acordos firmados pelos grandes líderes capitalistas em Washington uma nova forma de organização do trabalho agradou muito o interesse do capital, tratava-se do toyotismo. Esse novo sistema foi desenvolvido inicialmente pelo engenheiro Taiichi Ohno no Japão no grupo Toyota, através da análise dos prováveis desperdícios dos funcionários na produção e a formulação de um novo modelo de trabalho que visava eliminar a zero quaisquer movimentos no trabalho que não gerassem valor, buscando assim, o alcance máximo de eficiência.

É importante salientar que a introdução do toyotismo não significou uma ruptura seja com o taylorismo, seja com o fordismo. Na verdade, o modelo japonês busca a racionalização destes modelos anteriores com o aumento da produtividade e flexibilidade na acumulação de capital: Tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo – ou da “produção enxuta” – continua sendo incrementar a acumulação do capital, por meio do incremento a produtividade do trabalho (Alves, 2005, p.36).

Esse modelo de produção trouxe novos conceitos ao mundo do trabalho ao falar de polivalência, adaptabilidade, flexibilidade, qualidade total e produção em tempo real (*just in time*). Enfim, conceitos que traziam consigo um novo ideário a serviço do capital: uma indústria mais enxuta com colaboradores desempenhando diversas funções, adaptáveis a mudanças que se fizerem necessárias no processo produtivo e flexíveis a novas formas de regulamentação do trabalho sem a burocracia da regulação estatal.

O percurso sociohistórico mostra que a partir do contexto neoliberal e do advento da reestruturação produtiva o trabalhador teve seu papel repensado na empresa. Este agora moldado à luz da polivalência teve também sua consciência coletiva atacada ao extremo com a prevalência do individualismo. Os sindicatos foram tomados por uma onda pragmática²: o sindicalismo de resultados e foram perdendo ao longo dos anos 1990 sua mobilização sendo esvaziados por novas formas de participação social como os conselhos setoriais e comissões tripartite onde há a possibilidade de negociação direta entre trabalhador, patrão e governo. Outro importante movimento, o estudantil viveu um período de sobrevivência com forte ofensiva liberal sobre seus postulados e proliferação de entidades cartoriais sem base real.

A polivalência aqui embora a priori pareça um novo estágio na qualificação do trabalhador, na realidade consiste em um rebaixamento de sua autonomia pois se antes era necessário grande nível de especialização para desempenhar suas funções, agora ele passa a executar diversas rotinas de baixa complexidade sendo facilmente substituído o que reduz sua capacidade de enfrentamento e facilita a flexibilização da mão-de-obra ao capital. Assim: “Com exceção de pequenos grupos de trabalhadores, a grande massa operária é de baixa qualificação e facilmente substituível no emprego” (Rodrigues, 2009, p.118).

O avanço tecnológico por qual passou a humanidade, sobretudo a partir dos anos 1980 gerou cenários antes não imaginados na esfera social e política. A consolidação da informática e seu exponencial crescimento por conta da comutação de bases tecnológicas advindas da telecomunicação criou um setor: a telemática, área responsável pelo desenvolvimento de um sistema de informações de alta capacidade de memória (hardware) e de aplicativos (software) capazes de se adequarem aos mais diversos propósitos. Ramos (1997) bem nos explica que:

[...] o processo de produção no modelo toyotista não é em massa e de produtos homogeneizados, mas sim de pequenos lotes e com grande variedade de produtos, ou seja, os produtos são mais requintados, adaptando-se aos gostos variáveis do mercado. No toyotismo não há grandes estoques, por medida de redução de custos e de aumento de lucro, viabilizado pela informatização e pela melhora dos meios de comunicação e transporte, possibilitando que os fornecedores entreguem as peças necessárias para a produção na hora certa (just in time) (Ramos, 1997, p. 83).

É um momento em que se pode evidenciar mais ainda que o objeto do seu trabalho é totalmente estranho para o trabalhador, isso sem contar que o mesmo dificilmente terá oportunidade de usufruir do objeto produzido. Em tempos de reestruturação produtiva vê-se ainda mais a lógica capitalista da apropriação do resultado do trabalho por outro que não seja o trabalhador que, ao contrário, é privado disso. Nesse sentido, bem nos expressa Antunes (2004):

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, [...], então isto só é possível por [...] pertencer a um outro homem fora o trabalhador. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição de um outro e alegria de viver de um outro. A economia nacional parte do trabalho como propriamente a alma da produção, e, apesar disso, nada concede ao trabalho, e tudo à propriedade privada (Antunes, 2004, p.188 e p.191).

² [...] o sindicalismo pragmático, comandado pela Força Sindical, base de apoio do governo FHC, avançou na estrutura estatal. Em contrapartida contraiu volumosos recursos do Estado, transferidos pelos fundos públicos com o objetivo de financiar a ação sindical e a disputa com o campo cutista. Esse processo de cooptação do movimento sindical, atraído pelos recursos públicos, provocou várias divisões no meio sindical e a criação de quinze centrais sindicais, todas ávidas pelos espaços institucionais e volumosos recursos públicos, incluindo neste bolo milionário, a própria CUT (Reis, 2009, p.13).

A lógica das redes surge da necessidade de compartilhar processos produtivos, diminuir custos com logística e gerar identidades empresariais únicas nos locais onde o capital se estabelecer. É uma lógica, portanto anterior ao que conhecemos hoje como redes sociais digitais e remontam aos anos 1960 com as primeiras experiências efetivas ocorrendo nos bancos onde a compensação de cheques e títulos para a ser efetuada em rede e depois já sob a reestruturação produtiva, as empresas passaram a adotar estratégias de produção em rede baseados na lógica do Toyotismo, que consiste em produção just in time³ e círculos de controle de qualidade total⁴.

Os avanços tecnológicos que possibilitaram o crescimento das plataformas digitais bem como sua utilização em larga escala acabou por criar uma esfera de circulação social cambiada pela troca de saberes, culturas e logicamente de produtos e serviços em escala mundial, este ambiente denominado ciberespaço “especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (Lévy, 1999, p.13).

Com a modernização do sistema bancário o capital alçou novos voos finalmente se expandindo velozmente em escala global:

Em 1980, deu início à segunda fase da automação bancária, com a implantação do sistema on-line, interligando em tempo real agências do mesmo banco. Devido a esta facilidade que alterou profundamente o trabalho dentro das agências, novos postos de trabalho foram criados e incorporados aos quadros bancários [...] eliminou-se postos de trabalho, deslocaram-se e projetaram-se outros (Silva e Lima, 2010, p.28).

Essas mudanças ocorridas no sistema bancário possibilitaram a proliferação de paraísos fiscais alimentados pelo capital especulativo pois a interligação de tais sistemas em escala mundial transformou as bolsas de valores. Castells (1999) explica o funcionamento dos mercados globalizados.

Os mercados de capitais são geralmente interdependentes, e isso não é assunto de pouca importância na economia capitalista. O capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia em mercados financeiros globalmente integrados, funcionando em tempo real pela primeira vez na história: transações no valor de bilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos por todo o planeta. As novas tecnologias permitem que o capital seja transportado de um lado para o outro entre economias em curtíssimo prazo, de forma que o capital e, portanto, poupança e investimentos, estão interconectados em todo o mundo, de bancos a fundos de pensão, bolsa de valores e câmbio (Castells, 1999, p.143).

Tais mudanças na ordem econômica capitalista se apoiam em estruturas voláteis, efêmeras, capazes de mudar ao sabor do mercado sem a rigidez do Estado aqui sempre retratado como obsoleto, ineficiente e burocrático. É a esfera da acumulação flexível conforme explica Harvey (2008):

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional

³ Just-in-time consiste no “melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque). (Antunes, 2007, p. 34).

⁴ CCQs são formados por grupos de trabalhadores que se reúnem (teoricamente de maneira voluntária) para discutir e buscar soluções para os problemas de produção (Antunes, 2007, p. 71).

[...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram[...] (Harvey, 2008, p.140).

A Acumulação flexível foi a nova maneira encontrada pelo capitalismo na tentativa de superar suas crises cíclicas e suas contradições internas e, dessa forma, permitir a reprodução do capital e sua concentração nas mãos da elite capitalista. A acumulação é de capital, assim como ocorre desde as revoluções comercial e industrial, seguindo a racionalidade capitalista da acumulação e concentração, embora se utilize de uma produção social, ou seja, a classe trabalhadora produz e os detentores dos meios de produção é que acumulam.

Só que, ao contrário do que ocorreu no período fordista, no qual a acumulação era baseada em padrões rígidos, a acumulação agora é flexível, pois flexível é o mercado e, por isso, flexível deve ser o processo de produção e a exploração da força de trabalho. Dessa forma o Estado precisa ser leve bem como a legislação que precisa ser “moderna” e para isso impõe-se a necessidade de um novo ordenamento jurídico de perfil flexível e da formação de uma nova massa de profissionais já adaptados a este “novo modelo de trabalho”.

A flexibilização que o Toyotismo propõe está alicerçada principalmente nos seguintes aspectos:

- a) Flexibilidade espacial: liberdade de entrada e saída de capitais e mercadorias em diversas regiões do mundo o que rompe com os limites geográficos nacionais
- b) Flexibilidade temporal: facilitada por meio das transmissões via satélite, pelo avanço da informática, das telecomunicações e de turnos flexíveis de trabalho.
- c) Flexibilidade produtiva: consiste na eliminação a zero dos estoques com o fim da produção homogênea em série. Adota-se a produção por demanda a partir da efetiva comercialização.
- d) Flexibilidade do trabalho: como o toyotismo é estruturado com um número reduzido de trabalhadores isso permite flexibilizar a jornada e por consequência o salário, além da adoção de estratégias como banco de horas e trabalho residencial.

4 RESULTADO DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO

A educação é um dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988 e que conjuntamente com a saúde, a habitação, o trabalho e a seguridade social conferem um caráter de Estado Social ao regramento jurídico brasileiro. O grande problema é que a letra constitucional não bastou à implementação de tais políticas públicas pois na lógica capitalista tais direitos sociais são antes de tudo oportunidade de mercado.

A complexidade da educação enquanto expressão da política social está no fato dela servir duplamente aos interesses do capital porque pode assumir a forma de mercadoria por meio da oferta como serviço educacional desde a mais tenra idade até a pós-graduação, ao passo que também pode e sempre serviu de superestrutura onde são inculcados os ideais das elites seja no campo teórico seja nos modos de fazer que visam ensinar ofícios de diferentes níveis e complexidades.

A política educacional, por exemplo, já foi palco da explícita separação de gêneros quando meninos e meninas estudavam em colégios ou turmas separadas e aprendiam conteúdos diferentes. O currículo já foi dividido entre clássico e profissionalizante para formar a partir daí intelectuais ou operários, enfim, muito já se fez utilizando a educação como alicerce para mudanças. Plank (2001) faz um recorte temporal e nos mostra um pouco sobre a educação brasileira:

Antes de 1971, o curso primário de quatro anos levava a uma série de escolas profissionais de caráter terminal, incluindo cursos industriais, agrícolas, comerciais e de formação de professores. O sistema elitista começava com escolas secundárias, de caráter acadêmico, que conduziam à universidade. Esse dualismo originou-se com os jesuítas, que estabeleceram as primeiras escolas no século XVI. Abriram colégios para a educação dos jovens filhos dos grandes proprietários de terra que aspiravam a tornarem-se sacerdotes ou advogados, e escolas de ler e escrever para a catequização e alfabetização rudimentar das crianças dos colonos pobres e dos nativos. A natureza da

divisão entre educação popular e de elite alterou-se através do tempo, mas persiste o caráter dualista do sistema (Plank, 2001, p.67).

O autor remonta ao ano de 1971 porque na ocasião foi editada a Lei 5.692/1971 que reorganizou o ensino brasileiro extinguindo as etapas primário, ginásial e colegial e introduzindo 1º e 2º graus, além de tornar obrigatória a oferta pública de ensino de 1º grau e reformar os currículos de 2º grau com a profissionalização compulsória, ou seja, todas as escolas públicas e privadas tiveram que implantar cursos de ensino técnico. Sobre o período de implantação da referida lei temos que:

Decorrente do processo de reforma educacional promovido pelo regime militar, a lei federal no 5.692 de 1971 localizada num dos períodos mais agressivos e repressores da ditadura, representou um marco no esforço de controle ideológico sobre a sociedade brasileira. Constituiu-se numa das muitas interferências legais da ditadura na educação, sendo, no entanto e seu ponto maior. O objetivo principal era sustentar, ideologicamente, o modelo de desenvolvimento e segurança nacional implantado. [...] a educação, junto com a propaganda oficial e privada constituem-se juntas, as bases do processo de legitimação da ordem vigente. Assim, o otimismo presente na propaganda positiva do regime militar acabou por receber o reforço da intervenção ideológica na educação do país (Cunha e Góes, 2002).

Remonta desse mesmo período uma série de determinações provenientes de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio – OMC, Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial para qual o papel principal da educação era regular a pobreza. Esse processo conduziu a reformas nos sistemas educacionais dos países periféricos, com vistas a atender à nova ordem do capital que precisava de profissionais voltados a atender demandas específicas, nichos de mercado e com isso garantir a empregabilidade, conforme explica Martín-Barbero (2014, p. 8): “essa novíssima categoria hegemônica conjuga flexibilidade, adaptabilidade e competitividade”.

Ademais das inflexões autoritárias promovidas pelos militares, foi com a entrada do neoliberalismo no Brasil que a situação piorou muito. Pressionado pelas metas estipuladas pelo Banco Mundial e seguindo o receituário de Washington o governo brasileiro optou por duas medidas: a primeira foi o investimento dos poucos recursos que eram destinados à educação pública na elevação artificial da escolaridade por meio dos exames supletivos sem a preocupação com aprendizado dos conteúdos o que manteve um grande contingente de jovens e adultos distantes do ensino superior. Esta medida visava atender aos protocolos do BID e da UNESCO que pressionavam os países subdesenvolvidos para melhoria destes índices.

A segunda medida foi a abertura do setor de educação superior para a iniciativa privada com o afrouxamento e flexibilização da legislação educacional transformando o Ministério da Educação – MEC de órgão regulador para gerenciador do sistema educacional e criando mecanismos de ranqueamento entre as universidades com severas sanções logicamente para as públicas, como no caso do Exame Nacional de Cursos (Provão), posteriormente adaptado ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

A mudança curricular⁵ necessária para implementar as reformas educacionais que atendessem à lógica do mercado nasceu, evidentemente, negando o papel da escola pública, deslocando-a da vida social e transformando-a em depósito de doutrinas e ideologias ditas ultrapassadas e o resultado dessa opção liberalizante do governo brasileiro foi o sucateamento da pequena infraestrutura estatal instalada nas escolas e universidades, que ao invés de crescerem para atender a demanda reprimida passaram a conviver com ausência de concursos públicos, deterioração da carreira do magistério superior e dos técnico-

⁵ [...] as reformas do ensino médio ao longo das últimas duas décadas trouxeram “como proposta de organização o currículo centrado na formação de competências e habilidades”. Na ótica da pesquisadora, as justificativas de reformulação curricular estavam “ancoradas principalmente nas transformações tecnológicas e/ou em outras mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o que explica o mote da empregabilidade e a ideologia da formação de competências para o mercado de trabalho” (Silva, 2015, p. 372).

administrativos, terceirizações de serviços antes executados por servidores efetivos, instalação de fundações de apoio privadas como captadoras de recursos externos.

No final do governo Fernando Henrique Cardoso, após uma década de ajuste neoliberal as matrículas na educação superior já mostravam 75% para o setor privado e apenas 25% para o setor público, sendo que principalmente nos grandes centros essa proporção era ainda maior para o ensino privado. Havia se conseguido inverter a proporção de vagas nas instituições de ensino superior, privilegiando o setor privado, sem, contudo resolver o problema da demanda, pois os exames supletivos levaram ao aumento artificial do índice de escolarização dos brasileiros e a conseqüente busca pelo acesso ao ensino superior sem contudo garantir o acesso pois na verdade o que se queria era que a classe trabalhadora optasse por cursos que ensinassem ofícios para atender ao mercado de trabalho como a formação profissionalizante:

O projeto de educação proposto, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso não admitiu a possibilidade de oposição às reformas estruturais já em andamento no país. Os planos e estratégias de governo foram direcionados para uma concepção mais mercantil de educação, privilegiando o desenvolvimento de habilidades, valores e gestão de qualidade, essencialmente para formar cidadãos com uma reserva de competências que lhes garantissem a empregabilidade (Custódio, 2006, p.62).

Para responder ao modelo de acumulação flexível inaugurado com o toyotismo o capital precisou remodelar também uma peça chave da cadeia produtiva: o trabalhador. Assim o saber deste trabalhador precisava mudar para atender aos novos tempos e com isso entrou em ação o currículo por competências que exigia novos atributos, atitudes e habilidades sob o atrativo de menor rigidez formativa e resultados mais rápidos quanto a empregabilidade.

Com influência direta do ideário neoliberal e da nova concepção empresarial ocorreu o deslocamento do conceito de qualificação para o atual conceito de formação com base em competências. Esta nova nomenclatura não se trata apenas de jogo semântico, mas traz em si um forte direcionamento ideológico conforme vemos:

[...] a competência é uma noção oriunda do discurso empresarial [...] Noção ainda bastante imprecisa, se comparada ao conceito de qualificação, um dos conceitos-chaves da sociologia do trabalho francesa desde os seus primórdios [...] noção marcada política e ideologicamente por sua origem, e da qual está totalmente ausente a idéia de relação social, que define o conceito de qualificação para alguns autores (Hirata, 1994, p. 132).

Na educação para qualificação o enfoque é mais amplo e visa apresentar aspectos constitutivos da sociedade na perspectiva de aliar a formação para o trabalho com o pleno exercício da cidadania com saberes que valem para toda vida, ou seja, é a educação para o mundo do trabalho. Já a ideia de competência está intimamente ligada a execução de procedimentos, utilização de técnicas e aprimoramento de atividades, saberes temporários que visam atender demandas emergentes, pressupõe o treinamento em detrimento da consciência produtiva, assim é a educação para o mercado de trabalho.

Essa educação não tem sido capaz de constituir a identidade dos jovens e adultos que hoje frequentam a escola e que, em muitos casos, ainda o fazem apenas pela legitimidade cartorial que a escola possui para emitir certificações, e não mais por ser um espaço de aprendizagem e inovação. A eliminação dos limites de tempo e espaço que fazem parte do cotidiano das pessoas ainda não foi incorporada pela escola.

Os governos ainda falam em alfabetização na idade certa e restringem o ensino à sala de aula, inclusive para fins de remuneração de professores, enquanto a interconectividade mostra que hoje “a idade para aprender é variável e o lugar pode ser qualquer um – uma fábrica, um hotel, uma empresa [...] ou a internet” (Martín-Barbero, 2014, p.10).

Assim, criam-se, extinguem-se ou modificam-se carreiras, cursos e currículos ao sabor do mercado:

[...] o conceito de competência representa a atualização do conceito de qualificação, segundo as perspectivas do capital, tendo em vista adequá-lo às novas formas pelas quais este se organiza para obter maior e mais rápida valo-

rização. Assim, podemos afirmar que a lógica da competência é a forma assumida pela qualificação do trabalhador no complexo de reestruturação produtiva, sob a era da universalização dos dispositivos, princípios e nexos organizacionais do toyotismo (Ferretti, 1997, p.416).

Temos aqui por meio da introdução do currículo por competência a chegada de outro conceito que serve de sustentáculo aos postulados neoliberais na educação que é a empregabilidade. Nessa perspectiva, a educação acaba por ser considerada recurso para a capacitação desses trabalhadores para que o sistema produtivo possa funcionar consoante os interesses do mercado. Ademais, também fara a formação do novo homem que segundo Dardot (2016, p. 323) “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial”. “Esse cidadão será aquele capaz de, por seus méritos próprios, competir e desenvolver-se no mercado de trabalho, a partir de seus talentos e habilidades, um empreendedor de sim mesmo.” (Cavasin, 2019, p.216).

Nos países capitalistas centrais e sobretudo nos periféricos, reformas educacionais mudaram os currículos adequando-os aos preceitos da reestruturação produtiva. No Brasil, Fernando Henrique Cardoso garantiu que tais medidas fossem incorporadas na Lei 9.394/1996 – LDB e posteriormente no Decreto 2.208/1997. Esse decreto separou a formação propedêutica da profissionalizante no ensino médio criando os cursos técnicos subsequentes de duração rápida e voltados ao mercado de trabalho. No ensino superior FHC facilitou a abertura de cursos sequenciais e regulamentou os Cursos Superiores de Tecnologia que conferem grau de tecnólogo e têm em média 2 anos de duração, ou seja, 50% do tempo médio dos cursos de licenciatura e bacharelado.

Educar para a empregabilidade passa a ser a tônica dos discursos, retomando a lógica de que a maior capacidade do indivíduo, sua qualificação e as competências que conseguir adquirir, serão responsáveis pela sua inserção mais rápida no mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Essa lógica remete para a intensificação do processo de individuação, colocando os sujeitos numa posição de procura constante pela sua própria realização, em detrimento da realização do grupo, que desaparece diante dos imperativos do mercado de trabalho (Soares, 2002, p. 109).

Seguindo esta lógica proposta, este novo trabalhador já possuiria todas as condições para obter êxito na empresa, afinal é competente, flexível e polivalente e estas características alcançadas com esforço individual garantem sua empregabilidade. A última coisa que falta é destituí-lo da consciência de classe e isso a empresa sabe bem, por isso começa por chamá-lo de colaborador, depois estimula a competição interna por meio de promoções e afasta-o das lideranças sindicais.

Ganhar corações e mentes dos trabalhadores significa, portanto, desestruturar-lhes a identidade de classe. A perspectiva do ‘desaparecimento’ das classes, a proposta implícita de um pacto social automático no cotidiano e, portanto, despolitizado e despolitizante, requer não a mera reafirmação de dogmas, mas a construção da identidade das classes trabalhadoras, respeitada a sua diversidade, conhecidas as suas lutas, linguagens e tradições (Dias, 1999, p. 125).

Embora as empresas propaguem diuturnamente que a empregabilidade decorre do esforço pessoal em se qualificar elas não podem garantir resultados a todos. Mesmo que os veículos de comunicação a serviço do capital noticiem casos de sucesso na tentativa de apresentar a exceção como regra geral, a realidade do capitalismo nos tempos de ofensiva neoliberal desvela uma cruel realidade de desemprego e subemprego, trabalho precário, desprotegido e informal agravado ainda mais pela pandemia do COVID-19.

O novo projeto para a educação no Brasil, fundamentado na escolha política pelo neoliberalismo num contexto da reestruturação produtiva cria um excedente de força de trabalho, um exército industrial de reserva escolarizado disponível no mercado, o que torna possível ao capital a estratégia de descartar continuamente a força de trabalho exercendo pressão sobre os que estão empregados e revelando que a qualificação na lógica empresarial é um componente necessário ao controle da força de trabalho mantendo-a sempre em patamares

que favoreçam aos empresários dispondo de um grande contingente de sobrantes que ficam a margem do emprego.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as transformações ocorridas na educação quanto às reformulações dos currículos, a inserção da educação por competência e a adoção da flexibilização do trabalho docente e técnico como elementos essenciais ao atendimento da escolha política do Brasil pelo Neoliberalismo e para atender às novas formas de trabalho consagradas pela reestruturação produtiva.

Ocorre uma adequação de ferramentas e métodos de trabalho que não extinguem o modelo anterior taylorismo-fordismo, ao contrário o ressignifica e produz um trabalhador polivalente, flexível, alijado de sua consciência de classe e disponível a executar o projeto do capital quanto ao trabalho, eliminando direitos, intensificando o trabalho e aumentando o exército de reserva, agora formado por um grupo de trabalhadores qualificados pelos sistemas de ensino por competência, o que não lhes garantiu nenhuma inserção no mercado.

Do ponto de vista da relação capital-trabalho, a reestruturação produtiva desestabilizou temporariamente a organização operária no interior das fábricas, não só em função da terceirização, mas especialmente em consequência de uma série de inovações organizacionais mediante nova gestão da mão-de-obra, tais como os círculos de controle de qualidade, células de produção, metas de produção, banco de horas, entre outros. Ao precarizar e intensificar o trabalho “a nova gestão dificulta ou manipula a atividade sindical e torna o salário flexível mediante metas de produção e participação nos lucros, provocando um duro golpe na organização dos trabalhadores”, muito embora este fenômeno tenha se verificado em “todos os períodos de grandes mudanças tecnológicas” (Costa, 2008, p.113).

A política que passou a ser vinculada nos “países em desenvolvimento” por meio de orientações de organismos internacionais foi a “Educação para o alívio da pobreza” e a partir disso, todo o arcabouço jurídico passou a ser reformado para que o sistema de educação se voltasse às prerrogativas do capital. O discurso humanitário que o Banco Mundial produziu se vincula ao discurso das outras agências internacionais, nas quais, visam a defesa da educação concernente ao caráter produtivo. A educação, nesse sentido, é aliada a necessidade do fortalecimento da coesão social e do investimento prioritário na formação de recursos humanos para a regulação social da pobreza (Maier e Gonçalves, 2021, p.309).

Verifica-se que enquanto a qualificação era uma arma nas mãos dos trabalhadores contra a pressão do mercado, por outro lado, as competências visam atender tão somente a demanda das empresas e se encontram dissociadas de um processo educacional de formação humanística e cidadã que é desprestigiado e retirado da maioria dos currículos.

Sob esta lógica o desenvolvimento de competências visa garantir que o trabalhador esteja sempre trabalhando ainda que em condições desfavoráveis e sem acesso a direitos socialmente conquistados. A maior competência leva ao aumento da produtividade o que garante a empregabilidade e isto interessa à reprodução do capital.

A educação regida pelos ditames do capital e com suas metas imediatistas de produtividade e empregabilidade fica refém de uma lógica que apequena seus princípios e objetivos mais relevantes que são a capacidade de dotar indivíduos e sociedades de valores civilizatórios relevantes e emancipatórios. Assim vemos a educação sem projeto de Estado e relegada a programas governamentais de curto alcance, servindo de sustentáculo do capital

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

ALVES, G. A “globalização” como perversidade do capital. **Revista Lutas Sociais**, n. 3 News, 1997.

ANTUNES, Ricardo. (org.) **A dialética do trabalho Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 12ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Gramsci e a concepção da Sociedade Civil**. IN: BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVASIN, Rosane da Silva França Lubaszewski. **Formação, políticas públicas e a racionalidade neoliberal**. IN: Anais [eletrônicos do] II Seminário Internacional de Políticas Públicas em Educação / comissão organizadora: Elton Luiz Nardi... [et al.]. – Joaçaba, SC: Unoesc, 2019, p.245-250.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã: 1996.

CORSI, Francisco Luiz. **O plano real: um balanço crítico (1994-1998)**. IN: DELROIO, Marcos (org). Globalização e dimensões da crise brasileira. Marília: Cadernos da F.F.C.-UNESP-Marília-Publicações, 1999, p. 13-28.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. 1 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. Campinas-SP: IFCH/Unicamp, 1999.

DUTRA, Jurandir; MORAES, Ana Flávia de; GUIMARÃES, Maria da Glória Vitória. Ensino Remoto e a Pandemia da Covid-19: experiências e aprendizados. IN: **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, 8(1). <https://doi.org/10.53628/emrede.v8.1.729>

FERRETTI, Celso João. **Formação Profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90**. Educação e Sociedade, Campinas, n. 59, 1997.

GARCIA, T. C. M. et al. **Ensino remoto emergencial: proposta de design para organização de aula** [recurso eletrônico]. Natal: SEDIS/UFRN, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29767>. Acesso em: 12 jan. 2022.

GROSSI, M. G. R.; MINODA, D. de S. M.; FONSECA, R. G. P. (2020). Impacto da pandemia do covid-19 na educação: reflexos na vida das famílias. IN: **Teoria E Prática Da Educação**, 23(3), pp. 150-170.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRATA, Helena. **Da polarização das qualificações ao modelo da competência**. IN: FERRETTI, C. J. et al. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

IANNI, Octavio (Org.). **Sociologia – Karl Marx**. São Paulo. Ática, 1988.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Ed. 34. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Libre, 1999.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MAIER, Thays Trindade; GONÇALVES, Amanda Melchiotti. **A política educacional do banco mundial como medida de regulação social**. *IN: Anais eletrônicos do VII Colóquio Internacional de Educação / Universidade do Oeste de Santa Catarina – Joaçaba: Unoesc, 2021, pp. 305-311.*

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital (livro 1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1980.

PLANK, David. **Política Educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

REIS, Gilson (org.). Sindicalismo: cenários de um novo tempo. 1ª edição. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

RODRIGUES, LM. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 169 p. ISBN: 978-85-99662-99-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ROSENFELD, Cinara L; ALVES, Daniela Alves de. **Autonomia e trabalho informacional: O teletrabalho**. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, no1, 2011, pp. 207-233.

ROSSO. Sadi Dal. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Joelma Araújo dos; CRUZ, Jucilene Santos da; QUEIRÓZ, Magnólia Silva; SANTOS, Mércia Barbosa dos. **Os desafios do acesso ao ensino remoto – relato de experiência**. *IN: Anais eletrônicos do VII Colóquio Internacional de Educação / Universidade do Oeste de Santa Catarina – Joaçaba: Unoesc, 2021, pp. 209-215.*

SILVA, Christian Luiz da Silva; LIMA, José Edmilson. (organizadores.) **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, M. R. **Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas**. *Retratos da Escola*. Brasília. jul./dez. 2015. pp. 367-37.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Crise como momento de reflexão e criação**. *IN: BEOZZO, José Oscar; VOLANIN, Cremildo José (orgs.). Alternativas à crise: Por uma economia social e ecologicamente responsável*. São Paulo: Cortez, 2009.

WOOD. Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. (tradução Paulo Cezar Castanheira). 1 ed.; São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

i Sobre os autores:

Miguel Rodrigues Netto (<https://orcid.org/0000-0002-6990-4572>)

Pós-Doutor em Direitos Humanos e Sociais na Universidad de Salamanca - USAL. Doutor em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Professor Ajusto da Universidade do Estado de Mato Grosso atuando na Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem e no Programa de Pós-Graduação de Sociologia - ProfSocio. Coordenador do projeto de pesquisa "Juventude, políticas públicas e ensino de sociologia: conexões e diálogos". Pesquisador associado ao Centro de Políticas Públicas e Ciências de Governo - CPPCG/UNEMAT.

Celina Elias Gomes Gonçalves (<https://orcid.org/0009-0008-2348-4315>)

Mestranda de Sociologia em Rede Nacional na Universidade do Estado de Mato Grosso - ProfSocio/UNEMAT na linha de pesquisa Juventude e Questões Contemporâneas. Professora efetiva da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC/MT. Membro do projeto de pesquisa "Juventude, políticas públicas e ensino de sociologia: conexões e diálogos". Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

Grazielle Paceliuka De Cáprio Cardovani (<https://orcid.org/0009-0009-3692-8162>)

Mestranda de Sociologia em Rede Nacional na Universidade do Estado de Mato Grosso - ProfSocio/UNEMAT na linha de pesquisa Juventude e Questões Contemporâneas. Professora efetiva da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC/MT. Membro do projeto de pesquisa "Juventude, políticas públicas e ensino de sociologia: conexões e diálogos". Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

Como citar este artigo:

NETTO, Miguel Rodrigues; GONÇALVES, Celina Elias Gomes; CARDOVANI, Grazielle Paceliuka De Cáprio. Reestruturação produtiva do capital e repercussões na educação brasileira em tempos neoliberais. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 15, n. 1, p. 70-82, 32ª Edição (Especial), 2025.

<https://periodicos.unemat.br/index.php/recs5>

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR